

NAS FASES ARCAICA E MODERNA DO PORTUGUÊS: A QUESTÃO DOS USOS E FUNCIONAMENTOS DOS ARTIGOS

Alex Batista Lins - UFBA/Prohpor/Geling

0 Apresentando a questão

O presente trabalho contraria a idéia disseminada pelas gramáticas normativas, ao procurar evidenciar que os artigos são dotados de valor semântico que transcende a conhecida classificação em termos definidores e indefinidores de substantivos, funcionando desde o período arcaico do português como itens referenciadores, unidades coesivas que atuam na compreensão mais apurada de enunciados e seqüências textuais e discursivas, não se encaixando, dessa forma, por inteiro, no grupo dos termos acessórios da oração.

Para tanto, buscou-se analisar a constituição, os usos e o funcionamento dos artigos definidos e indefinidos em textos dos séculos XIII, XIV e XVII, sob a perspectiva cardeal do Funcionalismo. A orientação funcionalista que se procurou dar ao trabalho em questão, como bem lembra Barreto (1999, p. 19), leva em conta, sobretudo, o reconhecimento da existência de normas que regem a própria constituição e configuração “das expressões lingüísticas”. Tomou-se para tanto, autores como Castilho (1993, 1997), Neves (2006, 2007), Mondada e Dubois (1995) e Koch e Elias (2007). Fatores semânticos, discursivos e pragmáticos não foram esquecidos, mas tomados como instrumentos norteadores, haja vista que os princípios sintáticos não conseguem abarcar as análises pretendidas.

A pesquisa centrou-se, de início, no período arcaico da língua portuguesa, época em que havia a “ausência de um controle gramatical normativo [...] que faz com que a variação seja constante” (MATTOS E SILVA, 2001, p. 39), portanto compreende um estágio da língua sem as prescrições de regras estabelecidas gramaticalmente, e na segunda metade do período moderno, em que já se têm as bases para uma escrita normativizada do português, permitindo, desse modo, flagrar melhor o uso e o funcionamento dos artigos definidos e indefinidos.

Foram analisados dois textos para o português arcaico: o *Livro I do Foro Real*, de Afonso X, século XIII, editado por Ferreira (1983), e o Códice A¹, de um *Flos Sanctorum*, século XIV, editado por Machado Filho (2003). Para o português moderno selecionou-se o *Sermão da Sexagésima*, de Padre Antonio Vieira, século XVII, editado por Pécora (2000).

As preocupações que nortearam a pesquisa foram: (i) a de esclarecer a partir de que momento os artigos começaram a fazer parte na língua portuguesa; (ii) a de identificar as formas de registro ortográfico desses itens encontrados no *corpus*; e (iii) de verificar o emprego quantitativo e qualitativo que tais formas tiveram nas referidas fases do português, bem como sua distribuição e comportamento funcional no SN cujo núcleo for precedido de artigo, verificando enfim, além dos usos e funcionamentos desses elementos, se o processo de gramaticalização que culminou no desenvolvimento dos artigos no português tinha ocorrido na fase arcaica dessa língua ou se, em verdade, seria anterior a ela.

1 Procedimentos de abordagem metodológica adotados

Depois de terem sido detectados os artigos definidos e indefinidos que se apresentam em cada texto, procedeu-se a um estudo analítico desses itens. Realizou-se um levantamento quantitativo e qualitativo das ocorrências dos artigos em cada obra. Em seguida, os artigos foram reunidos em quadros e gráficos representativos do período arcaico e do período moderno da língua portuguesa, situando as formas em que se apresentavam no *corpus* ao longo dos séculos XIII, XIV e XVII.

¹ Machado Filho (2003, p. xxxv) prefere a designação Caderno, reservando o termo códice para o documento como um todo.

Verificou-se o percurso histórico dos artigos definidos e indefinidos, tanto em dicionários etimológicos, em gramáticas do português arcaico e em estudos de diversos autores que abordam ou fornecem um panorama histórico do que muitos acreditam ter sido uma “evolução” (COUTINHO, 1977) ou uma “especialização” (CÂMARA JR., 1985) que os demonstrativos latinos *illu* e *illa* e os numerais cardinais *uno* e *una*, sofreram, de tal modo que possibilitaram o “desenvolvimento dos artigos no português”.

Procedeu-se a uma classificação desses elementos, obedecendo-se à posição que ocupam nos enunciados dos textos sob análise e o papel que neles exercem, com vistas à identificação do valor e da função que desempenham, e de sua participação no estabelecimento da coesão e/ou na manutenção da coerência referencial em cada texto do *corpus*.

Tomando a perspectiva preconizada por Castilho (1997, p. 32), procurou-se verificar também se houve realmente um processo de gramaticalização dos artigos no período arcaico da língua portuguesa, na tentativa de interpretá-lo à luz do Funcionalismo, na vertente da gramaticalização, estudando o funcionamento desses itens no português arcaico e no moderno, nas perspectivas dessas mesmas teorias e também do que preconiza a Linguística Textual no campo da referenciação.

2 A origem latina dos artigos

O latim surge no século IX a.C. nos primórdios da fundação de Roma e alcança até meados de 450 d.C., período do declínio do Império Romano. Pode-se dizer que sua forma clássica chegou até a contemporaneidade, pela manutenção que sofreu através dos domínios científicos, sobretudo das áreas filosóficas, do direito e da medicina; e também do domínio religioso, com a Igreja Católica.

Conforme Lapesa (1986, p. 68-69), com a fixação da língua escrita pela literatura, houve uma clara separação entre o latim culto – apenas falado e empregado pelos eclesiásticos e pelas pessoas letradas – e o latim mais livre e cheio de irregularidades e vulgarismos, falado pelo povo. Têm-se, dessa forma, três fases distintas para o latim dito literário: o latim arcaico, o latim clássico e o latim imperial.

O primeiro se estende até o século I a.C., o segundo até o século II a.C. e o último nessa escala abarca os séculos III-IV d.C. ou do II ao V como expõe Castro (1991, p.85). O latim literário continuou – não se restringindo ao fim do Império Romano. Muito esvaecido, ele recebe uma denominação toda particular, segundo Castro.

[...] a partir do séc. V, essa língua [o latim literário] quase completamente encerrada em textos designa-se por latim tardio [ou, segundo Lapesa (1986), baixo latim]. Estas designações são preferíveis a uma outra, hoje em desuso, latim bárbaro, que parecia atribuir às invasões germânicas a responsabilidade pela evolução do latim após o século V. (p. 82)

O latim tardio, segundo Hall (1974), consiste na última fase da língua latina que se estende do século V até, aproximadamente, ao século XVIII. Esse latim funcionava como uma língua segunda, usado apenas na escrita, sua gramática era aprendida pelos rapazes na escola.

O latim não era obviamente, uma língua homogênea, como não é toda e qualquer língua existente. Ele estava sujeito a mudanças (SAPIR, 1954 [1921], p. 119) de diversas ordens: fonética, fonológica, morfosintática e semântica. Essas mudanças condicionadas a fatores outros de natureza social, histórica e cultural, por exemplo, seriam suficientes para fazer com que o latim se cindisse em outras línguas.

3 O desenvolvimento dos artigos definidos e indefinidos

De acordo com Tarallo (1990, p. 137), há uma certa unanimidade quanto ao reconhecimento da não existência dos artigos no latim clássico e desses itens terem aparecido “somente nos derradeiros momentos do latim falado, já em uma fase pré-romano”. Esse autor enfatiza o modo como os pronomes demonstrativos latinos *illu*, *illa*, *illos* e *illas* chegaram ao sistema moderno do português. O

enfraquecimento dos pronomes demonstrativos latinos colaborou para o desenvolvimento dos artigos definidos.

Castro (1991, p.124) afirma que esse enfraquecimento se deu na seguinte ordem: primeiro “o uso freqüente do elemento dêitico na língua falada ocasionou uma maior presença dos demonstrativos – *ille* e *ipse*”, que faziam referência a objetos ou seres já mencionados no discurso. A presença de *ille* ou *ipse* diante de substantivos, por sua vez, fez com que a potencialidade anafórica dos demonstrativos esvaísse. Assim, os demonstrativos perderam então “conteúdo anafórico, dando lugar ao aparecimento de um elemento desconhecido da gramática latina, o artigo definido” (idem).

Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 104) assevera que os artigos definidos *o*, *a*, *os*, *as* do português, têm sua origem no acusativo do demonstrativo latino *ille* – que passou a ser usado diante de um nome substantivo “para opor o indivíduo definidamente visualizado a qualquer outro da mesma espécie” – em suas quatro formas: masculino, feminino, singular e plural (*illum*, *illam*, *illos*, *illas*). Daí, poder-se-ia apresentar, por exemplo, *illos* > *los* > *lo* > *o*. Segundo Mattos e Silva (1994, p. 23), a forma *lo*, *los*; *la*, *las* aparece em documentos galegos e, fortuitamente, no *Cancioneiro Medieval*. Nos *Diálogos de São Gregório (DSG)*, século XIV, aparecem o alomorfe *-lo*, *-s*; *la*, *-s*, como em *depola morte* ~ depós a morte e em *ambalas candeas* ~ ambas as partes.

Ressalte-se o fato de que os artigos constituíam uma forma que o latim clássico desconhecia, mas que se desenvolveu pouco a pouco no latim vulgar, ou como prefere Mattos e Silva, o *ille* se especializou “no latim corrente do Império Romano [...] como o determinador por excelência dos nomes substantivos, além de marcador básico do gênero”.

Ferreira (1987, p. 367) fazendo levantamento na versão galego-portuguesa do *Foro Real de Afonso X*, séculos XIII-XIV, conclui que os artigos “já começavam a ser empregados com os adjetivos possessivos, sendo muito freqüente quando o possessivo está em função substantiva”.

Tarallo (1990, p. 138) argumenta que no caso “da aquisição dos artigos pelas línguas românicas”, tem-se a instanciação de “ganhos morfológicos não-encaixados”, ou seja, uma “antiga função que já existia na língua matriz é revestida com uma nova forma”. Isso ocasiona uma “perda não de função, mas de forma” (p. 132), portanto, o enriquecimento morfológico na língua não é, sob o enfoque do não-encaixamento, provocado “por mudanças em curso em outras partes da gramática” (p. 142).

Quanto aos artigos indefinidos têm sua origem no numeral latino *unus*, *una*. Estes passaram por um processo de formação parecido com o que ocorreu com os artigos definidos. *Unus* – tinha por significado inicial “algum, qualquer um, certo” – conforme Castro (1991, p. 124), “se diluiu, começando a ser usado diante de um substantivo não mencionado anteriormente”, introduzindo, portanto, novidade ou alguma conotação expressiva.

Mattoso Câmara Jr. (p. 95-96) diz que a ausência dos definidos em sentenças era um indicativo para uma referência indefinida, que podia ser mais enfática com a presença “do numeral *unus*, *una* em nova função”, certamente a de indeterminador de nomes, como em “*una lepida mulier* – uma bonita mulher”. Algo que já aparece em Plauto (séc. III a.C.), portanto, a referência indefinida seria usual já no latim clássico.

Iordan e Manoliu (1972, p. 249) asseveram, entretanto, que o artigo indefinido se desenvolveu mais tarde que o definido e conservou seu caráter primeiro, de origem numeral. Ele serviria para “introduzir um elemento desconhecido, frente a el, que sierre de repetidor”.

Também para Mattos e Silva (1994, p. 31), *unu*, *una*, continuou no português com o valor semântico de numeral, mas “se especializou como artigo indefinido, opositivo ao artigo definido”. Segundo essa autora, as formas *hũũ*, *hũa* (lat. *unu*, *una*) e seus compostos ocorrem com freqüência no período arcaico.

4 À luz de um suporte teórico: a questão funcional dos artigos

O Funcionalismo, segundo Martelotta e Areas (2003, p. 19), consiste num modelo teórico que põe em evidência a função que a forma lingüística desempenha no ato comunicativo. Nesse modelo, a língua é vista como instrumento de comunicação e não pode ser analisada como um “objeto autônomo,

mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical” (p. 20).

Nesse âmbito, a Gramática Funcional (GF) toma o uso da língua enquanto ponto maior de análise, nele centrando-se, por isso também se pode defini-la como uma “gramática do uso”. Sua intenção principal assenta-se na busca pelo entendimento da maneira como a comunicação é processada linguisticamente sem que, para isso, tenha que se descrever a língua como um sistema autônomo, vendo, portanto, certo vínculo na relação *estrutura* e *função*, em verdade algo instável, porém capaz de refletir o caráter dinâmico da linguagem.

Para Neves (2004, p. 15) uma GF deve levar em conta a “competência comunicativa” do indivíduo, sua potencialidade no uso e interpretação das expressões lingüísticas, quer seja nas operações de “codificação” quer nas de decodificação dessas expressões. Neves (2006) redimensiona o conceito de GF, considerando esta enquanto uma gramática de usos que põe “como foco de observação a construção do sentido do texto” (p. 26) no intuito de desvelar “o cumprimento das funções de linguagem”. (idem).

Castilho (1997) prefere, no lugar de “Gramática Funcional”, falar em “Sintaxe Funcional”, que se reporta à capacidade/à competência comunicativa do falante. Para tanto, “parte da semântica e do discurso e contextualiza a língua na situação social que dá origem as várias estruturas”. (BARRETO, 1999, p. 62).

Esse autor, levando em conta o postulado funcionalista que aborda a língua como uma “competência comunicativa” (SOUZA, 2003, p. 39), assinala ser a sintaxe funcional caracterizada pela abrangência de três ramos, como: (a) capacidade de criação de sentidos e processamento de informação (Sintaxe/Semântica); (b) capacidade de produção textual (Interface Sintaxe/Texto); e (c) capacidade de promoção da interação verbal (Interface Sintaxe/Conversação).

A Sintaxe Funcional contribuiu muito para a ampliação dos estudos no âmbito da Lingüística Textual, sobretudo, com o desenvolvimento de reflexões consistentes sobre a operacionalização das unidades discursivas, a constituição da hierarquia tópica, o problema da diferenciação *figura x fundo* e a questão da *definitude* e *indefinitude* no plano da organização do texto, além das postulações sob a continuidade e a descontinuidade do texto e ainda o processamento da conectividade e da coerência textuais.

Os termos definidos exercem uma função condutiva, guiam o destinatário/receptor para uma determinada entidade em relação à qual o falante/emissor predicará. A definitude consiste numa das funções pragmáticas, no plano da GF, que exercem os constituintes oracionais e extra-oracionais na organização discursiva. A informação fornecida por meio desses termos é considerada suficiente para que o destinatário possa entender a mensagem, possa compreender e captar a idéia/intenção/proposição do falante/emissor.

O uso do artigo definido, nesse sentido, é um importante recurso. O termo encetado por ele tem a propriedade de, na medida certa, promover no destinatário a capacidade deste “entender o referente pretendido numa classe teoricamente infinita de referentes possíveis e virtualmente disponíveis em qualquer situação de comunicação”. (PEZZATI, 2005, p. 205).

A indefinitude, os termos indefinidos, embora segundo Pezzati, não possuam a propriedade de fixação, como no caso dos definidos, muito respondem pela construção dos referentes, atuando na tessitura daqueles que satisfarão as bases cognitivas do aparato lingüístico do destinatário/receptor.

Na abordagem funcionalista, Castilho (1993, p. 122) discute os principais aspectos semânticos dos determinantes – artigos e demonstrativos – sob a ótica da foricidade, apresentando esta como um “processo fundamentalmente semântico-textual de retomada dos conteúdos verbais já mencionados no texto, ou contidos na situação de fala, trazendo-os à nossa lembrança”. (idem). Para esse teórico, os artigos – sobretudo os definidos –, os pronomes (pessoais, demonstrativos, possessivos e relativos) são os itens representativos do campo da foricidade, atuando “como verdadeiros operadores fóricos”.

Koch e Marcuschi (1998) partem de uma concepção do termo referência enquanto atividade discursiva, o que desencadeia a perspectiva de uma “visão não-referencial da língua e da linguagem” (KOCH, 2003, p. 79). Tal posicionamento é defendido por Mondada e Dubois (1995, p.

278-280)² que apoiadas em Sacks (1972) – cuja intenção é a de descrever os procedimentos lingüísticos e cognitivos dos quais os atores sociais se valem “para fazer referência uns aos outros” (KOCH, 2003, p. 42) – consideram a referência a elementos do mundo físico no âmbito de um processo de categorização discursiva e cognitiva.

Dessa forma, a referenciação pode ser traduzida como algo negociado no discurso que, como lembra Souza (2003, p. 69), “resulta na construção de referentes, de modo que a expressão referência passa a ter um uso completamente diverso do que se atribui na literatura semântica em geral”. Daí o fato de Castilho (1993) ver os termos “foricidade” e “referência”, no espaço terminológico, como algo conflitante entre si.

Neves (2007, p. 267) afirma que os artigos indefinidos podem ser usados para referir-se a objetos existentes em algum conjunto partilhado somente se a descrição indefinida puder ser compreendida como referente a um subconjunto, em oposição à totalidade, isto é, somente se existirem outros referentes potenciais, do mesmo tipo, que estejam sendo excluídos da referência. O artigo definido, por outro lado, refere-se a todos os objetos que satisfazem a referência existente no conjunto compartilhado pelos interlocutores.

No plano retórico, por sua vez, conforme Lins (2009, p. 135), os artigos podem, bem como os demais elementos lingüísticos constitutivos de dado texto ou enunciado, “denunciar a presença da subjetividade e demonstrar a introdução de argumentos de autoridade” nos mais distintos tipos discursivos, encetando generalizações e atuando no desvelamento ou no mascaramento de ideologias, algo que se apresenta, comprovadamente nos textos de cunho jurídico, político e religioso. O discurso é ideológico, pois se encontra assentado e mediado por palavras que são autênticos signos semióticos responsáveis pela constituição ideológica dos sujeitos sócio-históricos.

5 Análise e discussão dos dados

Verificou-se que quanto às demais formas dos artigos utilizadas no FR, no FS e no SS, essas são, em sua maioria, as de hoje, não havendo a notar senão alguns casos particulares no tocante ao FR e ao FS. Diferentemente dos séculos XIII e XIV, no século XVII, o português estava quase que totalmente bem definido no que tange ao aspecto ortográfico da língua, sobretudo no que se refere à grafia dos artigos, segundo indica a Tabela 1.

	FORMAS	DOCUMENTO					
		FR		FS		SS	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
ARTIGOS DEFINIDOS	o	129	35,3	87	31,3	322	34,8
	lo	-	-	1	0,3	-	-
	llo	2	0,5	-	-	-	-
	os	88	24,1	63	22,7	154	16,7
	los	-	-	5	1,8	-	-
	llos	2	0,5	-	-	-	-
	huu	4	1,1	-	-	-	-
	huus	-	-	2	0,7	-	-
	a	91	24,9	29	10,5	238	25,8
	as	41	11,2	21	7,6	145	15,7
	las	-	-	9	3,2	-	-
	llas	2	0,5	-	-	-	-
	llhas	2	0,5	-	-	-	-
Subtotal		361	98,6	217	78	859	93

² MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construction dês objets Du discours et catégorisation: une approche des processus de référénciation. In : BERRENDONNER ; REICHLER-BÉGUELIN (Ed.). 1995. p. 273-305.

		FR		FS		SS	
ARTIGOS INDEFINIDOS	um	-	-	-	-	39	4,2
	huum	-	-	2	0,7	-	-
	hũũ	-	-	5	1,8	-	-
	hũu	1	0,3	1	0,3	-	-
	huũ	-	-	31	11,2	-	-
	hũa	4	1,1	20	7,2	-	-
	huã	-	-	2	0,7	-	-
	uma	-	-	-	-	25	2,7
	umas	-	-	-	-	1	0,1
Subtotal		5	1,4	61	22	65	7
TOTAL GERAL		366	100	278	100	924	100

Tabela 1: Ocorrências das formas de artigos no *corpus*.

De acordo com as disposições presentes na Tabela 1, contam-se 366 ocorrências de artigos definidos e indefinidos no Livro I do FR, 278 desses elementos no Códice A do FS e 924 no SS. Nesses textos, a incidência dos definidos em SNs é superior a dos indefinidos, principalmente no FR, de caráter jurídico, e no SS, de caráter religioso, textos cuja intenção norteadora de expressão é de uma direcionalidade discursiva mais imediata, e de um discurso que não suscite dúvidas/ambigüidades, isso contribui para tal preferência.

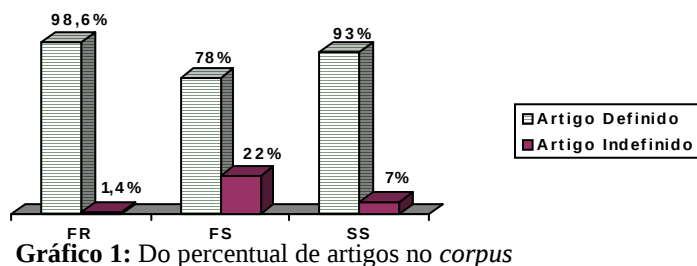
Das formas dos artigos definidos encontradas no *corpus*, o artigo *o* consiste na forma mais presente, com registros de 35,3% no FR, 31,3% no FS e 34,8% no SS. A forma definida feminina, *a*, vem em seguida com percentuais de 24,9% no FR e com 25,8% no SS, registrando baixa significativa no FS, com apenas 10,5%. Matematicamente, a diferença nas percentagens de registros entre a forma masculina *o* e a forma feminina *a* é de 10,4% no FR, de 9% no SS e de 20,8% no FS. O maior índice diferencial, nesse aspecto, encontra-se, portanto no FS. Ao que parece, no século XIV o discurso religioso ainda era de preponderância masculina, daí a presença no FS de maior número de SNs encetados pelos artigos definidos nesse gênero.

As formas mais arcaicas dos artigos definidos – como *lo* (0,3%), *los* (1,8%), *llo* (0,5%), *llos* (0,5%), *huu* (1,1%), *huus* (0,7%), *las* (3,2%), *llas* (0,5%), *lhas* (0,5%) – apresentam, como se pode notar na Tabela 1, percentuais modestos em relação às demais formas. Há que se dizer, que boa parte das formas antigas já conviviam com as formas atuais dos artigos definidos, como disposto na Tabela 1, e ainda, a maioria delas (*llo*, *llos*, *huu*, *llas*, *lhas*)³ não ultrapassou os limites do século XIII.

Os artigos indefinidos também chamam a atenção pelo fato de que as suas formas arcaizantes prevaleceram, como se verificou através do *corpus*, ao longo dos séculos XIII e XIV, embora com percentuais pequenos: *huum* (0,7%); *hũũ* (1,8%); *hũu* (0,3%, no FR e 0,3%, no FS); *huũ* (11,2%); *hũa* (1,1%, no FR e 7,2%, no FS). As formas atuais (*um*, *uma*, *umas*) no *corpus* têm registro apenas no século XVII, no SS, o que não significa, no entanto, que não fossem já utilizadas em séculos anteriores a esse.

Destaque-se que no FR a presença dos indefinidos (1,4%) chega a ser ínfima, embora não passe despercebida diante do universo dos definidos (98,6%), conforme se pode melhor visualizar através do Gráfico 1. O FS é o que apresenta maior percentual de usos de artigos indefinidos em comparação com os demais textos (22%). Isso tem relação com o uso de adjuntos adverbiais de tempo e de lugar para situar as histórias e os feitos dos santos, narrados ao longo desse texto.

³ No FS encontram-se alguns registros com as formas *-los*, *-las*, *-lo*, como em: (XIV FS 41:229) *E todolos outros [...]*; (XIV FS 91:229) *[...] todolos marteyros [...]*; (XIV FS 157:233) *[...] todolos santos [...]*; *E todolos outros [...]*; (XIV FS 292:238) *E todolos outros [...]*.



6 Os artigos: elementos referenciadores

Em Givón (1984), os artigos definidos e mesmo os indefinidos são marcados por uma “disponibilidade dêitica imediata”, o que garante a unicidade e a identificabilidade referencial associada aos interlocutores, ou seja, a referência é bem sucedida, pois o destinatário consegue perceber e identificar “o sintagma antecedente e as descrições que ele faz”, como se pode notar nos exemplos abaixo.

(01) (XIII FR 01-03:125) [FORO] REAL. (LIVRO I) Este é o primeiro liuro dos foros que deu don Alffonso rey filo del rey dō Fernando rey de Castella e de Tuledo e de Leon (...).

(02) (XIII FR 14-15:125-126) Nono titulo dos uozeyros. Decimo titulo dos pessoeyros cuyo é o preyto.

(03) (XIV FS 19-38:229) Entō se tornou sam Panuço pera sa cela e (...) deo a alma a Deus e os sacerdotes e os monges que hi eram todos virom que os anjos receberam e yam com ela cantando.

Vymos em Thebayda huũ moesteiro de sancto Isidro de gram nomeada, cercado de muy gram muro assi que bem cabiam hi mil celas e ante cada hũa cela havia seu poço. E dentro na cerca havia hortas grandes da fruyta do parayso. E aa porta siia huũ velho de grande ydade que a guardava. E a cabo da horta havia huũ spital em que albergava os hospedes. Este homem boo recebeu-nos muy bem e disse-nos: (...)

(04) (XIV FS 47-50:229) Vymos na terra de Arsenyota huũ sancto homem que havia nome Serapion e era padre de muytos moesteiros em que havia muytas celas esparjudas per muytos logares, em que moravam bem dez mil monges.

(05) (XVII SS 19-26:29-30) Ah Pregadores! (...)Mas daqui mesmo vejo que notais (e me notais) que diz Cristo que o sementeiro do Evangelho saiu, porém não diz que tornou; porque os Pregadores Evangélicos, os homens que professam pregar e propagar a Fé, é bem que saiam, mas não é bem que tornem. Aqueles Animais de Ezequiel, que tiravam pelo carro triunfal da glória de Deus, e significavam os Pregadores do Evangelho (...)

(06) (XVII SS 52-63:30) Quando Cristo mandou pregar os Apóstolos pelo mundo, disse-lhes desta maneira: Euntes in mundum universum, praedicate omni creaturae: Ide, e pregai a toda a criatura. (...)Porque como os Apóstolos iam pregar a todas as nações do mundo (...) vão pregar a toda a criatura (...)

Em (03) os sintagmas *alma*, *sacerdotes*, *monges*, *anjos* e *hospedes*, encetados por artigos definidos, e *moesteiro*, *velho*, *spital*, marcados por artigos indefinidos, são plenamente identificáveis não apenas no texto como também no plano referencial universal, pois pertencem ao conhecimento de mundo da maioria dos leitores. Tal fato se repete em (01), com os sintagmas *primeiro liuro*, em (04), com os sintagmas *sancto homem*, em (05), com os sintagmas *Pregadores*, *homens* e *Fé* e em (06), com *Apóstolos* e *criatura*.

Nesses exemplos, os artigos funcionam como elementos referenciadores. A presença dessa classe obriga a considerar os SNs, por ela encetados, como um grupo de retomada. Milner (2003) chega a afirmar que as relações referenciais encadeadas por artigos, sobretudo as anafóricas, se estabelecem mais facilmente do que se realizadas por “pronomes de terceira pessoa” (p. 98).

No plano das relações referenciais de ordem endofórica (anáfora e catáfora), tem-se a recorrência a elementos presentes no texto ou no contexto. Isso acontece em (03), com os sintagmas *sam Panuço* e *a alma*, em que só é possível saber que esta pertence/corresponde a *sam Panuço*, através de informações dispostas no interior do texto, típico exemplo de **anáfora associativa**.

Ainda em (03), no trecho *Vymos em Thebayda huũ moesteiro de sancto Isidro de gram nomeada*, o artigo indefinido em destaque anuncia informação nova – *moesteiro* – numa **referenciação catafórica**, o que também ocorre em (04), com o artigo sublinhado no segmento *Vymos na terra de Arsenyota huũ sancto homem que havia nome Serapion*.

Para Milner (2003, p. 99), a anáfora merece consideração especial, porque o tipo de relação que ela estabelece exige retomada de elemento mencionado anteriormente dentro do próprio enunciado ou “mencionado em um enunciado anterior identificante”. É o que se pode observar, tomando-se mais uma vez as unidades sintagmáticas destacadas em (03), *sam Panuço* e *a alma*, e em (06), *os Apóstolos* e *os Apóstolos*. Em ambas, a última retoma a primeira dentro do mesmo enunciado. Os casos registrados em: (05), notadamente na relação entre *os Pregadores Evangélicos* e *os Pregadores do Evangelho*; em (01), com as unidades *LIVRO I* e *o primeiro liuro* e em (06) consistem no que Milner chama – e aqui se dispõe como **anáfora direta** – de “relação anafórica análoga à anáfora pronominal”⁴. Se o sintagma referente fosse identificado de outro modo, não se teria a necessidade da retomada, logo, não haveria anáfora.

Um outro tipo de relação anafórica, também apontado por Milner, tomando como base a língua francesa, é a nominal de sucessão *un...le*⁵ aqui reformulada como **anáfora sequencial i-d**⁶, ou seja, o referente vem precedido de artigo indefinido e o item referenciador apresenta-se encetado por um artigo definido, como em (07), nos itens destacados.

(07) (XIV FS 219-224:235-236) *E aveo hũa vez que matarom **huũ** homem preto daly e as justiças andavam buscando aquel que o matara. [...]*

– *Vaamos ao muymento daquel morto que dizem que este matou e el nos dirá se o matou.*

*Entõ foy com el muy gram companha de gente. E Macário se foy parar sobrelo muymento e ficou os geolhos e chamou **o homem morto** per seu nome e disse:*

– *Eu te conjuro pelo nome de meu senhor Jhesu Christo que digas se este homem é culpado de ta morte?*

*Entõ respondeu **o morto do muymento**⁷ alta voz e dise que o nõ matara el.[...]*

Koch (1990), Neves (2007) e Koch e Elias (2007) consideram um outro tipo de anáfora, a **anáfora indireta**, ou seja, aquela cujas unidades sintagmáticas não possuem antecedentes explícitos no co-texto, mas, sim, “um elemento de relação que se pode denominar de *âncora* e que é decisivo para a interpretação” (p. 128), como acontece em (02) com o segmento *o preyto*. Este item não possui referente direto, explícito, mas encontra nos itens *Foro*, *pessoeyros*, *uozeyros*, indicativos suficientes para se saber tratar de “questão em juízo, demanda, litígio”, em que se envolvem *pessoeyros* e os *uozeyros* ou todo aquele que procura a justiça como dispositivo de defesa ou para resolução de contenda. Portanto, *o preyto*, tem assento lógico no texto do FR e tem neste seu maior referente, a ele se liga indiretamente.

Alguns autores chegam a considerar tal ligação como associativa, Koch e Elias, no entanto, diferenciam a anáfora indireta da **anáfora associativa**. Essas autoras definem a relação associativa como a que “introduz um referente novo no texto, por meio da exploração de relações meronímicas”, quer dizer, todas aquelas em que um dos elementos da relação pode ser considerado, de alguma forma, ingrediente do outro, como visto em (02) nas unidades *sam Panuço* e *a alma*.

Por sua vez, a exófora toma como referentes elementos que não se encontram no texto propriamente, mas que podem ou não fazer parte do conhecimento de mundo do interlocutor/leitor. Compreende informações extra-textuais para as quais o texto aponta ou delas se serve na tentativa de se tornar mais explícito, mais ilustrado, enfim, mais rico. Naturalmente, o interlocutor/leitor pode não deter tais informações o que comprometerá parte de sua compreensão plena do texto. No excerto (08) é possível identificar esse tipo de relação referencial.

(08) (XIII FR 52-56:127) *E depoy Nostro Senhur Ihesu Cristo (...) conpriu **a**⁸ ley que foy dada primeyramête per Moysẽ (...).*

⁴ Anáfora pronominal é aquela em que o pronome retoma o referente, como em: “Olhai as aves do céu: *elas* não semeiam, nem ceifam, nem recolhem nos celeiros e vosso pai celeste *as* alimenta.” (Mt 6, 26) . [*Elas* e *as* retomam *as aves do céu*.]

⁵ um...o

⁶ Sequencial indefinido – definido

⁷ Muymento – sepultura, túmulo.

⁸ Um nítido caso de exófora, pois reporta aos Mandamentos da Lei de Deus conferidos no Monte Tabor a Moisés.

Pelo que a análise das ocorrências de artigos no *corpus*, no aspecto função referenciativa, demonstrou, há realmente uma maior tendência dos artigos indefinidos à catáfora e dos definidos à anáfora. Para melhor controle e disposição dos dados, preferiu-se agrupar as anáforas em apenas dois blocos: diretas e associativas, esta última englobando indiretas, sequenciais i-d e associativas – e as catáforas em bloco único, conforme demonstram a Tabela 3 e o Gráfico.

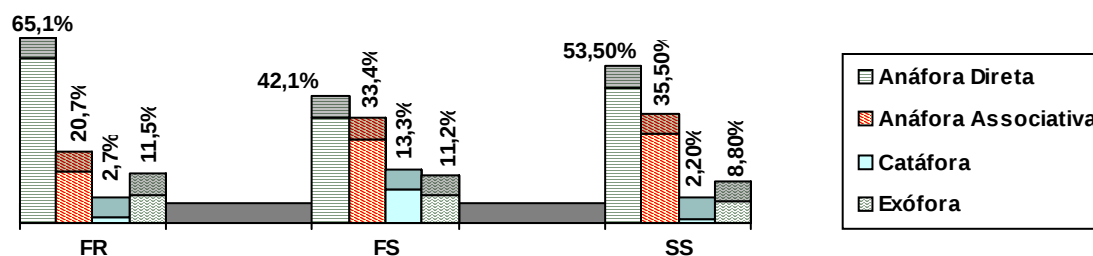


Gráfico 2: Distribuição referenciativa dos artigos

Verifica-se, a partir do Gráfico 2, que o percentual de anáforas, sobretudo das diretas, supera o índice de catáforas e de exóforas no *corpus*. Essa situação se dá ainda de maneira expressiva no texto do FR, com 65,1% de registros, no texto do FS com 33,4% e no do SS, com 53,5% de registros. Colaboraram para esses índices, a necessidade de clareza exigida por esses documentos, sobretudo o FR e o SS, este último pelo caráter sacro, numa tentativa de se evitarem interpretações equivocadas das leis, dos fatos e da própria palavra de Deus, priorizando-se a percepção otimizada do leitor/ouvinte dos referentes textuais. Enfim, a redação do texto jurídico e religioso privilegia a anáfora direta pela rápida e, espera-se – o que nem sempre acontece –, “mais precisa” identificabilidade referencial que ela permite ao interlocutor estabelecer entre elemento referenciado e o elemento referenciador.

Algumas considerações

As análises dos dados demonstraram que, quanto à frequência de usos e ao valor funcional dos artigos nos SNs dispostos ao longo dos textos que compõem o *corpus* deste trabalho, esses elementos, nos séculos XIII, XIV e XVII, além de ocuparem posição fixa no SN, já dispunham das especificidades não apenas necessárias para determinar o número e o gênero do SN, mas também para identificar, definir ou indefinir o SN e ainda nele atuar de modo referencial e fórico. Além disso, também nesses períodos, os artigos sinalizam a fronteira do próprio SN em português, haja vista acontecerem sempre na posição inicial do SN. Portanto, funcionalmente, os artigos no português arcaico possuem as mesmas características, desempenham as mesmas funções que no português moderno, não tendo havido gramaticalização desses itens nesses períodos.

Referências

- BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 1999. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 23-24, Salvador: EDUFBA, 1997. p. 25-61.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Os mostrativos no português falado. In: CASTILHO, Ataliba T. de (Org.). *A gramática do português falado: as abordagens*. Campinas: FAPESP, v. 3, 1993.
- CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 7. ed. revista. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A., 1977.

- EMILIANO, António Henrique de Albuquerque. *Latim e romance na segunda metade do século XI: análise scripto-lingüística de documentos notariais do Liber Fidei de Braga de 1050 a 1110*. Coimbra – Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- FERREIRA, José de Azevedo. *Afonso X – Foro Real*: edição e estudo lingüístico. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984. v.1.
- HALL JR., Robert A. *External History of the Romance Languages*. New York: Elsevier, 1974.
- IORDAN, Iorgu; MANOLIU, Maria. *Manual de lingüística românica*. Revisión, reelaboración parcial y notas por Manuel Alvar. Madrid: Editorial Gredos, 1972. Biblioteca Románica Hispânica.
- KOCH, I.G.V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1990.
- KOCH, I.G.V. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- KOCH, Ingedore. G. Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antonio. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.*, 14: pp. 169-190. 1998. Número especial.
- LAPESA, Rafael. *Historia de la lengua española*. Madrid: Gredos, 1986 [1942].
- LINS, Alex Batista. *Os usos dos artigos definidos e indefinidos nos séculos XIII, XIV e XVII: um estudo na perspectiva funcionalista*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras e Lingüística) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *Um flos sanctorum do século XIV*: edições, glossário e estudo lingüístico. 2003. Tese (Doutorado em Letras e Lingüística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- MARTELOTTA, M. E.; AREAS, E.K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FAPERJ; DP&A, 2003. p. 17-28.
- MARTELOTTA, M. E.; AREAS, E.K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Lingüística funcional teoria e prática*. Rio de Janeiro: FAPERJ; DP&A, 2003. p. 17-28.
- MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico*: fonologia. São Paulo: Contexto, 2001.
- MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico*: morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 1994.
- MILNER, Jean Claude. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernadete B.; CIULLA, Alena (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 85-130.
- MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernadete B.; CIULLA, Alena (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- NEVES, Maria Helena de Moura. A referência e sua expressão. In: CASTILHO, Ataliba T. de; MORAIS, Maria Aparecida Torres; LOPES, Ruth E. Vasconcellos; CYRINO, Sônia Maria Lazzarini (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: FAPESP; Campinas: Pontes Editores, 2007.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PÉCORA, Alcir. *Sermões padre Antônio Vieira*. São Paulo: Hedra, 2000.
- PEZATTI, E. G. O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à lingüística*: fundamentos epistemológicos. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004, p. 165-218.
- SACKS, Harvey. On the analizability of sotries by children. In: GUMPERS, J.; HYMES, D. (Ed.). *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*. New York: Rinehart & Winston, 1972. p. 324-345.
- SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Tradução de Joaquim Mattoso Câmara. Rio de Janeiro: INL, 1954 [1921]. Tradução de: Language.
- SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro. A multifuncionalidade do onde na fala de Salvador. 2003. Tese (Doutorado em Letras e Lingüística). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- TARALLO, Fernando. *Tempos lingüísticos*: itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.